

Mitsui Sumitomo Seguros

Mitsui Sumitomo Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 33.016.221/0001-07

www.msig.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras relativas a 30 de junho de 2010, bem como o parecer dos auditores independentes. Os prêmios emitidos líquidos atingiram a cifra de R\$ 166.953 representando aumento de 21,5%. Relativamente aos prêmios ganhos, a cifra atingiu o montante de R\$ 108.540 representando aumento de 36,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento do faturamento foi resultado da continuidade da política de relacionamento comercial do canal corretores, adequação dos produtos e serviços, bem como melhorias operacionais internas e aumento do volume de negócios. O crescimento em nosso sistema operacional MS-10, melhorias no fluxo operacional e suporte ao atendimento de Corretores e Segurados. O conjunto de ações adotadas pela Companhia culminou na melhora significativa

dos resultados cujo montante atingiu R\$ 7.259 de lucro líquido no semestre contra um prejuízo de R\$ 4.459 em 2009. Dentro os trabalhos implantados, queremos destacar a estruturação das áreas de atendimento aos segurados e corretores, novos serviços e assistências nos produtos massificados, e implantação de serviços ao corretor oferecendo facilidade operacional com endosso online e a renovação simplificada. Em paralelo a melhoria dos produtos, serviços e fluxo operacional, seguimos com o trabalho de fortalecimento dos canais de venda, com a proposta de parceria de longo prazo junto aos corretores. A Mitsui Sumitomo Seguros S.A., é uma subsidiária da Mitsui Sumitomo Insurance Group, que está presente em 37 países, e em abril desse ano consolidou o fusão com a Aioi Insurance e a Nissay Dowa General Insurance, o que tornou o grupo a maior seguradora do Japão e a quinta maior do mundo. Pela portaria SUSEP/DECON nº

1.079, foi aprovada em 24 de março o aumento de capital de R\$ 60.000. Estes recursos foram destinados para investimentos em informática para melhoria contínua e permanente da eficiência operacional, ampliação dos serviços oferecidos, da presença territorial e na consolidação dos canais de distribuição conforme com os objetivos estratégicos de médio e longo prazo. Agradecemos a SUSEP, Resseguradores e Órgãos de Classe pelo apoio e orientação recebidos, aos Clientes e Corretores pela confiança depositada ao longo do semestre e, principalmente aos nossos funcionários pela eficiência e dedicação no desempenho de suas funções.

São Paulo, 20 de Agosto de 2010

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009					
(Em milhares de reais)					
ATIVO	Nota explicativa	30/06/10	30/06/09	PASSIVO	Nota explicativa
			ajustado		
			ajustado		
Circulante		350.574	357.880	Circulante	
Disponível		1.215	8.138	Contas a pagar	
Caixa e bancos		1.215	8.138	Obrigações a pagar	
Aplicações	4	65.812	98.991	Impostos e encargos sociais a recolher	
Títulos de renda fixa		6.673	10.890	Encargos trabalhistas	
Cotas de fundos de investimentos		59.078	88.031	Impostos e contribuições	
Outras aplicações		70	70	Outras contas a pagar	
Créditos das operações com seguros e resseguros		205.610	185.798	Débitos de operações com seguros e resseguros	
Prêmios a receber	5	109.110	63.016	Prêmios a restituir	
Operações com seguradoras		1.099	799	Operações com seguradoras	
Operações com resseguradoras	5	79.092	120.831	Operações com resseguradoras	
Outros créditos operacionais		17.415	1.463	Corretores de seguros e resseguros	
(-) Provisão para riscos de créditos	5	(1.106)	(311)	Receitas de comercialização diferidas	
Títulos e créditos a receber		5.969	1.732	Depósitos de terceiros	
Títulos e créditos a receber		218	91	Depósitos de terceiros	10
Créditos tributários e previdenciários	6	4.526	614	Provisões técnicas - seguros e resseguros	
Depósitos judiciais e fiscais		781	503	Ramos elementares e vida em grupo	
Outros créditos		440	524	Provisão de prêmios não ganhos	9
Outros valores e bens		6.158	3.871	Provisão de insuficiência de prêmios	9
Bens à venda		5.975	3.713	Provisão de sinistros a liquidar	9
Outros valores		183	158	Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados	9
Empréstimos e depósitos compulsórios		9	9	Outras provisões	9
Empréstimos e depósitos compulsórios		9	9	Passivo não circulante	
Despesas antecipadas		563	591	Exigível a longo prazo	
Despesas de comercialização diferidas	9	21.831	21.194	Contas a pagar	
Seguros e resseguros		1.831	2.194	Tributos diferidos	
Despesas de resseguro e retrocessões diferidas		43.411	37.556	Outras contas a pagar	
Ativo não circulante		199.312	191.631	Outros débitos	12
Realizável a longo prazo		169.158	159.916	Provisões Judiciais	13
Aplicações	4	158.229	144.778	Patrimônio líquido	
Títulos de renda fixa		15.229	14.778	Capital social	
Títulos e créditos a receber		10.929	15.138	Reservas de reavaliação	7
Títulos e créditos a receber		3.747	4.127	Ajustes com títulos e valores mobiliários	
Créditos tributários e previdenciários	6	10.902	21.470	Prejuízos acumulados	
Depósitos judiciais e fiscais	6	4.933	5.490	Total do Passivo	
(-) Provisão para riscos de créditos	6	(8.653)	(15.619)		
Investimentos		30.964	31.715		
Participações societárias-financeiras		591	610		
Outros investimentos		444	444		
(-) Provisão para desvalorização		366	385		
Imobilizado	7	17.222	17.660		
Imóveis		17.011	17.011		
Bens móveis		7.777	7.164		
(-) Depreciação		(7.566)	(6.115)		
Intangível	8	12.341	13.445		
Outros intangíveis		12.341	13.445		
Total do ativo		549.886	549.511		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009			
(em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)			
	Nota Explicativa	30/06/10	30/06/09
			ajustado
			ajustado
Prêmios emitidos líquidos		166.953	137.454
Prêmios resseguros cedidos		(58.413)	(33.157)
Prêmios retidos		108.540	104.297
Variação das provisões técnicas		5.256	(21.019)
Prêmios ganhos		113.796	83.278
Sinistros retidos	16. a	(73.490)	(58.959)
Reservas de comercialização	16. b	(82.192)	(24.378)
Outras receitas e despesas operacionais	16. d	1.808	3.326
Despesas administrativas	16. e	(21.341)	(20.960)
Despesas com tributos	16. f	(4.437)	(2.574)
Resultado financeiro	16. g	10.340	9.388
Ganhos e perdas com ativos não correntes		598	(4.334)
(=) resultado antes dos impostos e participações		10.475	(4.334)
Imposto de renda	14	(1.856)	-
Contribuição social	14	(1.165)	-
Participações sobre o resultado		(195)	(125)
Lucro (prejuízo) líquido do semestre		7.259	(4.459)
Quantidade de ações		59.106.248	36.215.038
Lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações		0,12	(0,12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009			
(Em milhares de reais)			
	30/06/10	30/06/09	
		ajustado	
Atividades operacionais			
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	184.449	123.833	
Recuperações de sinistros e comissões	64.153	30.322	
Outros recebimentos operacionais (Salvados, Ressarcimentos e outros)	6.907	5.715	
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(112.897)	(83.735)	
Resgates de prêmios por cessão de riscos	(82.192)	(24.378)	
Pagamentos de despesas e obrigações	(68.807)	(45.561)	
Outros pagamentos operacionais	(492)	(368)	
Constituição de Depósitos Judiciais	(173)	(369)	
Pagamentos de Participações nos Resultados	(269)	(6)	
Caixa (consumido) gerado pelas operações	(9.321)	5.455	
Contribuição social - Pagos	(5.321)	(6.539)	
Investimentos financeiros:	14.699	5.521	
Aplicações	(62.302)	(105.043)	
Vendas e resgates	77.001	110.564	
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	(584)	4.935	
Atividades de investimento	(1.440)	(2.100)	
Pagamento pela Compra de Ativo Permanente:	(1.440)	(2.100)	
Imobilizado	(101)	(342)	
Intangível	(1.339)	(1.758)	
Recebimento pela Venda de Ativo Permanente:	106	435	
Imobilizado	106	435	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.334)	(1.665)	
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(1.918)	3.270	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	3.133	4.868	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	1.215	1.598	
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(1.918)	3.270	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009							
(Em milhares de reais)							
	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reavaliação	Ajuste TVM	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008		221.368	-	2.318	9	(111.686)	112.009
Ajustes de exercícios anteriores	2	-	-	-	9	(3.205)	(3.205)
Saldos em 31 de dezembro de 2008 (ajustado)		221.368	-	2.318	9	(114.891)	108.804
Reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-
Realização		-	-	(51)	-	93	42
Títulos e valores mobiliários	13. b	-	-	-	2	-	2
Prejuízo do semestre:		-	-	-	-	(2.904)	(2.904)
Originalmente apresentado		-	-	-	-	(1.555)	(1.555)
Ajustes de exercícios anteriores	2	-	-	-	11	(119.257)	(104.389)
Saldos em 30 de junho de 2009 (ajustado)		221.368	-	2.267	(311)	(117.129)	166.246
Ajustes de exercícios anteriores	2	-	-	-	-	(6.280)	(6.280)
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (ajustado)		221.368	60.000	2.318	(311)	(123.409)	159.966
Aprovação do aumento de capital	13. a	-	60.000	-	-	-	60.000
Reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-
Realização		-	-	(23)	-	35	12
Títulos e valores mobiliários	13. b	-	-	-	(38)	-	(38)
Lucro do semestre		-	-	-	-	7.259	7.259
Saldos em 30 de junho de 2010		281.368	-	2.295	(349)	(116.115)	167.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009

(Em Milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. tem como objetivo principal a comercialização de seguros de automóveis, ramos elementares e vida.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 379, de 19 de dezembro de 2008, e alterações subsequentes, e Resolução CNSP nº 195 de 16 de dezembro de 2008, emitidas pela SUSEP, que instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das entidades seguradoras, bem como alterar critérios para cálculo e apresentação das Provisões Técnicas, respectivamente. Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. A Administração adotou integralmente a Lei 11.638/07 e a Lei 11.941 de 27 de maio de 2009, com exceção do ajuste a valor presente para as contas que reflitam operações de seguros, resseguros, previdência e capitalização, conforme estabelecido pela SUSEP. Durante o ano de 2009, foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC diversos Interpretados e Orientações e Resoluções Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Resolução nº 1.281/10 do CFC, e de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados, a Administração da Seguradora está apresentando suas demonstrações financeiras intermediárias utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou os CPCs com vigência para 2010. A Administração não mensurou os efeitos das alterações das práticas contábeis em suas demonstrações financeiras, quando essas alterações forem exigidas, cuja aplicação depende de normativas complementares a serem editadas pela SUSEP. A principal alteração de prática contábil refere-se ao Pronunciamento Técnico CPC nº 11, que trata de Contratos de Seguros. Este Pronunciamento foi aprovado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através da Circular SUSEP nº 379, de 19 de dezembro de 2008. As principais modificações introduzidas são: • Necessidade de classificação dos contratos emitidos entre contratos de seguros, de prestação de serviços e de investimentos. • Necessidade de separação dos derivativos embutidos e componentes de depósito existentes em um contrato principal (de seguros), e de sua avaliação por seu valor justo. • Proibição de reconhecimento de provisões para sinistros futuros, se esses sinistros forem originados de contratos de seguros não vigentes (como provisões para catástrofe ou para equalização de risco). • Necessidade de elaboração de teste anual do passivo relacionado a contratos de seguros ou outros contratos de seguro, sob o critério de LAT - Líquido Ativo Teste. • Mensuração dos passivos e ativos de contratos de seguros assumidos em uma combinação de negócios ou transferência de carteira (sujeito à regulamentação adicional). • Permissão para reconhecimento da característica de participação discricionária ou como passivo ou como um componente separado do patrimônio líquido. • Novas exigências de divulgação relativas a contratos de seguros. Em 2010 a empresa revisou seus procedimentos de registro de Despesas com Dispositivo Anti-Furto identificando que parte destes efeitos, no montante de R\$ 6.280, líquido dos efeitos tributários de R\$ 259, referem-se a exercícios anteriores (RS 3.205 em 2008; RS 1.555 e R\$ 729, respectivamente, no 1º e 2º semestres de 2009).

3. Descrição das principais práticas contábeis

a) Apuração de resultados: O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais. • As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado no momento da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros e diferidas para apropriação no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas, através da constituição da reserva de despesas de comercialização de seguros, de prestação de serviços e de investimentos. • Necessidade de separação dos derivativos embutidos e componentes de depósito existentes em um contrato principal (de seguros), e de sua avaliação por seu valor justo. • Proibição de reconhecimento de provisões para sinistros futuros, se esses sinistros forem originados de contratos de seguros não vigentes (como provisões para catástrofe ou para equalização de risco). • Necessidade de elaboração de teste anual do passivo relacionado a contratos de seguros ou outros contratos de seguro, sob o critério de LAT - Líquido Ativo Teste. • Mensuração dos passivos e ativos de contratos de seguros assumidos em uma combinação de negócios ou transferência de carteira (sujeito à regulamentação adicional). • Permissão para reconhecimento da característica de participação discricionária ou como passivo ou como um componente separado do patrimônio líquido. • Novas exigências de divulgação relativas a contratos de seguros. Em 2010 a empresa revisou seus procedimentos de registro de Despesas com Dispositivo Anti-Furto identificando que parte destes efeitos, no montante de R\$ 6.280, líquido dos efeitos tributários de R\$ 259, referem-se a exercícios anteriores (RS 3.205 em 2008; RS 1.555 e R\$ 729, respectivamente, no 1º e 2º semestres de 2009).

b) Ativos circulante e realizável a longo prazo: São demonstrados ao valor de realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias diferidas. As principais práticas adotadas são: • De acordo com as diretrizes estabelecidas pela Circular SUSEP nº 379/08, as aplicações em títulos e valores mobiliários devem ser registradas pelos respectivos custos de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, e são classificadas em três categorias, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: • Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receitas ou de despesas no resultado do exercício. • Títulos de prêmios e títulos e valores mobiliários que não se enquadrarem nas categorias "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. • Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Os rendimentos produzidos pelas aplicações em títulos e valores mobiliários são registrados diretamente no resultado do semestre, independentemente da categoria em que são classificados. • Os prêmios a receber, relativos a valores prefixados, estão apresentados a valor futuro, deduzidos dos juros a receber que são apropriados na rubrica "Receitas Financeiras", de acordo com o prazo de parcelamento. • A provisão para riscos sobre crédito para prêmios direitos é constituída com base no estudo técnico através de análise individual dos prêmios direitos a receber, onde identificado o risco de inadimplência - são a provisão para perdas no montante da parcela a receber, independente do período de vencimento. A Companhia não constitui provisão para riscos sobre crédito de coseguro aceito por considerar que os valores são plenamente cobráveis.

c) Permanente: Investimentos: As participações societárias referem-se, principalmente, à participação no IRB - Brasil Resseguros S.A. e na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, ambos registrados ao Custo de Aquisição. **Imobilizáveis:** Estão registrados ao custo de aquisição ou formação, combinado com os seguintes aspectos: • Reavaliação - total dos bens imóveis da Seguradora ocorrida em março de 2006, a qual será mantida até sua realização. • A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: 4% para imóveis, 10% para bens móveis e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados. **Intangível:** O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos.

d) Passivo circulante: As comissões a pagar, estão representadas a valor futuro, deduzido dos juros a pagar que são apropriados em despesas financeiras, de acordo com o prazo de parcelamento da apólice. • A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes e já emitidos é constituída pela parcela do prêmio retido correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata dia", em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP. • A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG-RVNE) é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 162, de 26 de dezembro de 2006, alterada pelas Resoluções nº 181 de 17 de dezembro de 2007, nº 195 de 16 de dezembro de 2008 e nº 204 de 28 de maio de 2009. • A provisão complementar de prêmios é calculada "pro rata dia", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido. O valor é a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG constituída no mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não. • A provisão para insuficiência de prêmios é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas em Nota Técnica Atual. • A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até as datas dos balanços, e atualizada monetariamente nos termos da legislação. • A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas em Nota Técnica Atual. A provisão para o IRB - Brasil Resseguros S.A. e para a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, os valores são registrados com base nos informes emitidos pela Administração do Consórcio. • As comissões a pagar e provisões técnicas decorrentes de retrocessões são registradas conforme valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. • Provisões para imposto de renda e contribuição social - a provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre a parcela de lucro tributável excedente a R\$ 20 por mês. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 15%. • Honorários de sucumbência - são contabilizados de acordo com a natureza do processo. No caso de ações relacionadas a sinistros, os honorários de sucumbência são contabilizados na rubrica "Despesas com sinistros".

e) Exigível a longo prazo: Está demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis



Mitsui Sumitomo Seguros

Mitsui Sumitomo Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 33.016.221/0001-07

www.msig.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009

(Em Milhares de Reais)

pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, referenciada pela Circular SUSEP nº 379/08. Detalhamento das obrigações legais e provisões para contingências por probabilidade de perda em 30 de junho de 2010:

	2010						2009	
	Provável		Possível		Remota		Valor	Valor
	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	total	total
Fiscais (a)	-	-	-	-	-	-	38.601	38.601
Trabalhistas (b)	613	5	6	1	-	21	619	672
Cíveis (c)	1.705	29	490	69	2	65	2.197	2.385
Total	2.318	34	496	70	2	86	2.816	41.658

Movimentação das provisões

	Saldo em 31/12/2009		Alterações na provisão	Baixas por pagamento	Saldo em 30/06/2010	
	Valor	Quant.			Valor	Quant.
Trabalhistas	674	80	15	150	619	619
Cíveis	2.210	168	701	882	2.197	2.197
Total	2.884	248	716	1.032	2.816	2.816

(a) **Provisões fiscais:** A Companhia aderiu ao Programa de Refinanciamento REFIS instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 que concedeu redução de multas e juros conforme a forma de pagamento, aos contribuintes que optaram por liquidar os débitos tributários no âmbito dos Impostos Federais, perante a Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da União e Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, bem como a utilização de Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais para compensação dos saldos destas multas e juros após aplicação do desconto. A referida Lei permitiu também a inclusão de saldos remanescentes de Programas semelhantes instituídos em Legislações anteriores também oferecendo benefícios fiscais. A Companhia optou pelo pagamento à vista desses tributos através de pagamento em dinheiro no montante de R\$ 26.561 com utilização de Prejuízos Fiscais no montante de R\$ 7.880, liquidando todos os débitos fiscais constantes nestes órgãos, bem como procedeu a desistência e renúncia aos Direitos inerentes aos Processos Judiciais que estavam em curso de forma irrevogável. O benefício fiscal decorrente da adesão está assim discriminado:

Descrição	Valor
COFINS (i)	9.000
Contribuição Social (i)	227
Imposto de Renda (ii)	574
INSS (ii)	(182)
PIS (ii)	(633)
Programa de Parcelamento Anteriores (ii)	(308)
Subtotal	8.678
Reversão da Provisão para perdas sobre créditos de prejuízos fiscais (iii)	7.880
Total	16.558

(i) Registradas como resultado financeiro.

(ii) Registradas como despesas com tributos.

(iii) Registrado como outras receitas operacionais.

(b) **Provisões trabalhistas:** A Seguradora é parte em diversas ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a vínculo empregatício, horas extras, verbas rescisórias e equiparação salarial. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação e a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas. (c) **Provisões cíveis:** Ações impetradas por segurados relacionadas, na sua maioria, a reclamação por danos morais oriundas de sinistros que estão sob discussão judicial ou que foram negados pela Seguradora, ou ainda a discussão pelo pagamento de eventos não cobertos nos contratos de seguro. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas.

13. Patrimônio Líquido

a) O capital social é de R\$ 281.368 representado por 59.106.248 (36.215.038 em junho de 2009) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal. Em 24 de março de 2010, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 60.000 pela Portaria SUSEP nº 1.079, referente ao aumento ocorrido em dezembro de 2009, representado por 22.891.210 novas ações ordinárias, sem valor nominal. b) Os ajustes positivos com títulos e valores mobiliários são compostos pelos ajustes referidos na nota explicativa nº 4, de acordo com a Circular SUSEP nº 379/08, liquidados dos efeitos tributários.

14. Conciliação do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	2010		2009	
	IRPJ	CSLL	IRPJ ajustado	CSLL ajustado
Lucro (prejuízo) antes do imposto, líquido de participações	10.280	10.280	(4.459)	(4.459)
Adições	4.284	4.703	10.425	10.319
Exclusões	(3.887)	(3.887)	(6.718)	(6.718)
Lucro (prejuízo) fiscal	10.677	11.096	(752)	(858)
Compensação prejuízos fiscais	(3.203)	(3.329)	-	-
Base do IR e CSLL	7.474	7.767	-	-
Imposto de renda e contribuição social no semestre	1.857	1.165	-	-
(-) PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	(1)	-	-	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.856	1.165	-	-

15. Demonstração do Cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado e da Margem de Solvência

	2010	2009 ajustado
Patrimônio líquido ajustado:		
Patrimônio líquido	167.199	104.389
Despesas antecipadas	(563)	(591)
Ativo intangível	(12.341)	(13.445)
Total de patrimônio líquido ajustado	154.295	90.353
Margem de solvência:		
Prêmio retido anual médio - últimos 12 meses	46.453	36.585
Sinistro retido anual médio - últimos 36 meses	39.033	30.851
Margem de solvência	46.453	36.585
Suficiência	107.842	53.768

16. Detalhamento de Contas da Demonstração do Resultado

a) Principais ramos de atuação

Ramos:	Prêmios ganhos		Sinistros retidos sobre prêmios ganhos - %		Comercialização sobre prêmios ganhos - %	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Automóvel	58.365	40.214	67	89	22	29
Garantia	53	280	41	24	16	2
Patrimonial	15.073	11.449	41	14	-	25
Responsabilidade civil	4.148	3.416	13	18	20	20
Responsabilidade civil - Veículos	9.924	7.384	81	82	20	23
Transportes	5.105	3.782	14	46	7	12
Prestamista	2	172	(15)	(2)	-	-
DPVAT	20.011	14.288	88	89	1	2
Acidentes pessoais e vida em grupo	805	1.247	93	3	16	12
Outros	310	1.046	162	16	36	25
Total	113.796	83.278				

b) Sinistros retidos

	2010	2009
Sinistros	83.961	61.345
Recuperação de sinistros	(5.251)	1.544
Salvados	(8.145)	(5.399)
Ressarcimentos	(719)	(680)
Varição da provisão de IBNR	3.563	2.149
Total	73.409	58.959

c) Despesas de comercialização

	2010	2009
Comissões	23.274	20.930
Recuperação de comissões de congêneres	(253)	(151)
Recuperação de comissão de resseguradores	(12.405)	(1.741)
Outras despesas de comercialização	748	2.029
Varição das despesas de comercialização diferidas	5.426	(3.234)
Total	16.790	17.833

d) Outras receitas e despesas operacionais

	2010	2009 ajustado
Receitas com custo de apólice	3.847	4.117
Receitas com participações em lucros	-	359
Despesas com inspeção de riscos	(635)	(761)
Despesas com apólices	(921)	(914)
Despesas com cobrança	(1.677)	(706)
Despesas com agenciamento e assessoria	(792)	(1.008)
Despesas contábeis	(320)	(305)
Outras receitas - Assist. 24 horas	6.882	6.830
Outras receitas e despesas com operações de seguros	(4.576)	(4.286)
Total	1.808	3.326

e) Despesas administrativas

	2010	2009
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	9.388	8.684
Despesas com serviços de terceiros	6.255	6.266
Despesas com localização, funcionamento, expediente e comunicação	2.309	2.329
Despesas com depreciação/amortização	2.501	2.181
Outras	888	1.500
Total	21.341	20.960

f) Despesas com tributos

	2010	2009
COFINS	2.633	1.810
PIS	520	294
Outros	1.284	470
Total	4.437	2.574

g) Resultado financeiro

	2010	2009
Receitas financeiras	2010	2009
Receitas com títulos de renda fixa	6.887	8.259
Receitas com operações de seguros	1.684	1.455
Receitas com fundos de investimento	2.839	4.255
Outros (*)	442	325
Total	11.852	14.294
Despesas financeiras		
Despesas financeiras com operações de seguros	1.265	1.434
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	84	97
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	131	1.453
Oscilação cambial das operações em moeda estrangeira (*)	32	1.922
Total	1.512	4.906
Resultado financeiro	10.340	9.388

(*) Refere-se principalmente à oscilação cambial do saldo em conta corrente em dólar fundamentalmente no primeiro trimestre de 2009.

17. Remuneração da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende empregados que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de março de 2010, sendo composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado para Diretoria no primeiro semestre de 2010 foi de R\$ 653 (R\$ 724 em 2009) e para Conselheiros de R\$ 84 (R\$ 84 em 2009). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

18. Cobertura de Seguros

A Seguradora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados, levando-se em consideração a natureza de suas atividades. A cobertura dos seguros, em valores de 30 de junho de 2010, é assim demonstrada:

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	22.297
Veículos	Incêndio, roubo e colisão - RCF	5.140
Total		27.437

19. Outras Informações

a) **Acordos judiciais envolvendo apólice de seguro de vida:** A Companhia contratou uma apólice de Seguro de Vida em Grupo com estipulante de seguros prestamista, tendo vigência de um ano a partir de 31 de agosto de 2004, em relação à vida de aposentados do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS (prestamistas) tomadores de empréstimos perante o estipulante. O estipulante ajuizou contra Companhia, na Comarca de Belo Horizonte/MG, 77 (setenta e sete) ações para a cobrança de indenizações sob a apólice. A Companhia ajuizou contra o estipulante uma ação judicial para cobrança de prêmios adicionais e exclusão de coberturas securitárias para os casos de fraudes e cessão de crédito. Em novembro de 2009, a Companhia e a estipulante de seguros prestamista mediante concessões recíprocas transacionaram e chegaram a um acordo em relação a todos os direitos e deveres que tinham em relação à apólice, resolvendo de forma definitiva, irrevogável e irretratável toda e qualquer demanda, incidentes processuais e/ou discussões, presentes ou futuras, derivadas da referida apólice. Consequentemente foram encerradas as 77 ações ajuizadas pelo estipulante, em face da Companhia e a ação judicial movida pela Companhia em face do estipulante, relativo à cobrança de indenizações e de cobrança de prêmios respectivamente. A Companhia e a estipulante declararam expressamente terem conhecimento do acordo e de seus efeitos decorrentes da transação em questão, assim como estarem a proceder com livre e válida manifestação de vontade. Em virtude do acordo, a Companhia e a estipulante, renunciaram de forma irrevogável e irretratável aos prazos de recursos e mutuamente deram-se ampla, geral e irrestrita quitação para mais nada cobrar em juízo ou fora deste sobre o objeto da apólice.

Diretoria

Hirokyu Miyahara - Diretor-Presidente
Hyung Mo Sung - Diretor Vice-Presidente
Junichi Imai - Diretor Vice-Presidente
Hiroshi Honda - Diretor Executivo

Contador

Alexandre Luiz Grecco - CRC 1SP 217.581/0-0

Atuária

FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras
CNPJ Nº 46.359.865/0001-40
Masayuki Nakagawa - Atuário - MIBA 51

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. - São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Mitsui Sumitomo Seguros S.A., levantados em 30 de junho de 2010 e de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Seguradora; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da

Seguradora, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. em 30 de junho de 2010 e de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa correspondentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, durante o ano de 2009, foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Resolução nº 1.281/10 do CFC, e de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados,

a Administração da Companhia está apresentando suas demonstrações financeiras intermediárias utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009. Ainda, conforme consta na referida nota explicativa, a Administração da Companhia não mensurou os eventuais efeitos das alterações dessas práticas contábeis, em suas demonstrações financeiras, cuja aplicação depende de normativos complementares a serem editados pela Super.

São Paulo, 20 de agosto de 2010

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/0-8
José Barbosa da Silva Júnior
Contador
CRC nº 1 SP 128132/0-0

Deloitte.